

DIÁLOGOS, DIVERSIDADE E PARTICIPAÇÃO: EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NOS CONSELHOS DE CLASSE DO CAp-UFPE.

Vívian Silva ¹

Maria Liz Medeiros Nery da Fonseca ²

Poliana Marília Ferreira de Albuquerque ³

Luanne Thallya Acioli ⁴

Anderson Vicente da Silva ⁵

O presente relato tem como principal objetivo descrever o acompanhamento dos Conselhos de Classe do Colégio de Aplicação da UFPE (CAp-UFPE). A experiência foi vivenciada durante o primeiro módulo do Programa de Residência Pedagógica (PRP) em Ciências Sociais, promovida pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) em conjunto com a UPE (Universidade de Pernambuco). O objeto de estudo delimita-se na abordagem dos Conselhos de Classe e sua relação com a Educação em Direitos Humanos. Os objetivos específicos são: explicar como se organizam os Conselhos de Classe do CAp-UFPE e refletir sobre o diferencial da participação nessa experiência na formação docente das residentes.

Para José Murilo de Carvalho (1998), a cidadania plena somente pode ser garantida a partir da efetivação dos direitos sociais, políticos e civis. O autor, ao se aprofundar sobre os estudos da cidadania no Brasil, denuncia as disparidades encontradas no que está garantido na Constituição Federal e nas atrocidades experienciadas no país cotidianamente. Num país onde as desigualdades sociais são naturalizadas, a necessidade de lutar pela Educação em Direitos Humanos mostra-se de fundamental importância para formação de cidadãos críticos capazes de reivindicar seus direitos e reconhecer seus deveres. Essa perspectiva de formação

¹ Doutora em Sociologia pelo Curso de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, viviansilva@capufpe.com;

² Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade de Pernambuco - UPE, liz.medeiros@upe.br

³ Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade de Pernambuco - UPE, poliana.albuquerque@upe.br

⁴ Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade de Pernambuco - UPE, luanne.acioli@upe.br;

⁵ Professor orientador: Doutor em Antropologia, Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco - UPE, anderson.silva@upe.br

perpassa a valorização e construção de espaços pedagógicos voltados para reflexão coletiva, onde a liberdade de expressão e o respeito à diversidade de opiniões é assegurada.

Nas escolas públicas regidas pelo princípio democrático, é diante dos Conselhos de Classe que os membros da comunidade escolar - composta por professores de diversas disciplinas, equipe pedagógica, supervisores, orientadores educacionais, pais e alunos - pensam em conjunto como se deu o processo de ensino-aprendizagem durante o ano letivo, avaliando e repensando sobre a trajetória percorrida. Cada instituição possui liberdade para estruturar a organização do seu conselho de classe, escolhendo quem participa desse processo de avaliação periódica da aprendizagem.

No CAP-UFPE, durante o ano letivo, organiza-se 5 reuniões ordinárias para cada turma: um Conselho Prognóstico, três Conselhos de Acompanhamento e um Conselho Promocional. O Conselho Prognóstico é feito no início do semestre letivo para planejamento, geralmente participam equipes pedagógicas, serviço de acompanhamento e desenvolvimento da aprendizagem e professores da escola. Já nos conselhos de acompanhamento, que ocorrem ao final de cada unidade do semestre, faz-se uma análise, tanto da participação dos alunos, quanto do trabalho dos professores: essas reuniões organizam-se primeiramente pela escuta das falas dos alunos sobre o trabalho pedagógico mediado pelo professor, e posteriormente com consideração dos professores sobre o período letivo. Por fim, os Conselhos Promocionais são realizados ao final do ano letivo, onde participam novamente estagiários e residentes, professores e equipe pedagógica, mas não alunos. Os pais são chamados em outro momento, nas reuniões escola-família, após os encaminhamentos e diagnósticos dos conselhos.

Nesse contexto, o percurso metodológico traçado pelas residentes para análise dessas reuniões se deu a partir da abordagem qualitativa, que permite o aprofundamento sobre o universo de significados dos conselhos de classe para o cotidiano escolar. Por meio da observação participante, regida a partir das atividades de ambientação e observação promulgadas para o primeiro módulo do PRP, foi possível acompanhar presencialmente o Conselho Promocional de duas turmas de primeiro ano em novembro de 2022, e duas reuniões de Conselho de Acompanhamento com as turmas de segundo ano em março de 2023.

A partir da experiência de acompanhamento do Conselho Promocional, as residentes buscaram compreender o perfil da comunidade escolar, atentando-se para aspectos organizacionais/estruturais/pedagógicos da instituição. Essas reuniões serviram para um primeiro contato com a escola, numa perspectiva de ambientação e conhecimento da cultura escolar. A partir de um resgate das falas dos docentes presentes nas reuniões, observou-se que

as mudanças no perfil da comunidade escolar foram alvo de discussões que suscitaram debates sobre a diversificação das metodologias utilizadas em sala de aula.

No imaginário recifense o CAP-UFPE se destaca como escola federal de referência, entretanto o acesso a esse espaço por muito tempo ficou restrito às elites. Desde 2017, com a alteração do regimento interno do colégio, 50% das vagas passaram a ser destinadas a estudantes de escola pública e já com o período pandêmico de 2020 a instituição passou a não mais realizar provas em seu processo seletivo, modificando-as para sorteio público. Assim, ao longo desses anos o perfil dos estudantes que agora compõem o colégio passou a mudar, o que antes era tido como colégio majoritariamente composto pela classe média de conhecimentos “nivelados” pelas provas do processo seletivo, agora indica-se um perfil diversificado.

A diversificação no perfil das famílias e alunos que passam a ter acesso ao CAP-UFPE também implica na mudança da organização e projeto pedagógico da instituição, que deve se atentar e valorizar as diferenças na sala de aula. Nesse sentido, o processo de implementação de práticas educativas voltadas para Educação em Direitos Humanos torna-se de fundamental importância para valorização das múltiplas identidades que compõem os espaços de aprendizagem. Entretanto, para consolidar esse princípio educacional, antes de buscar oferecer aulas teóricas sobre a temática, é de fundamental importância a construção de práticas educativas cotidianas que perpetuem os princípios de cidadania e democracia. Nesse sentido, a promoção de Conselhos de Acompanhamento que garantem à comunidade de alunado e estagiários/residentes expor seus pontos de vista sobre o trabalho construído em sala, funciona como exemplo de atividade basilar para que garanta a fala, a crítica e a participação de todos.

Desde o processo de organização e debates feitos pelos alunos, até a exigência de comprometimento e seriedade diante dos apontamentos trazidos para as reuniões, os conselhos estimulam habilidades de autonomia, pensamento crítico e organização coletiva dos estudantes, permitindo que estes se posicionem frente ao sistema educacional adotado pela escola. Essa perspectiva rompe com o esquema da educação tradicional, onde a avaliação do processo de ensino-aprendizagem está centralizada na figura do professor, enquanto ao alunado só resta o aceite a essa condição. Partindo de experiências profissionais em estágios curriculares na rede estadual de ensino, os conselhos de classes não têm a participação ativa dos estudantes de forma construtiva e agregadora como promovida pelo Cap-UFPE. O que se percebeu em outras experiências é que geralmente, as escolas liberam os estudantes do turno escolar mais cedo e realizam o conselho num horário sem os estudantes, participando apenas

equipe da gestão escolar e professores, estagiários e residentes como ouvintes. Exclui-se um dos principais atores da sala de aula do processo de avaliação do semestre letivo. As atividades do Conselho de Classe aqui acompanhadas buscaram subverter essa lógica, trazendo para o debate as múltiplas perspectivas dos trabalhos construídos em sala de aula. Com isso, uma comunidade pedagógica orgânica começa a ser posta em prática

Para Bell Hooks (2013) as comunidades pedagógicas precisam ser locais de questionamento, autonomia e diálogo, onde os alunos podem participar ativamente do processo de aprendizagem e suas diferenças devem ser valorizadas. Em seu livro “Ensinar a Transgredir: A educação como prática da liberdade”, a autora discute de maneira profunda a importância de uma educação que vai além das estruturas tradicionais. A ênfase dada neste trabalho é que os Conselhos de Classe no CAP-UFPE mostram-se como espaços de reflexão, participação coletiva e expressão, onde os alunos, professores e membros da comunidade escolar podem se manifestar. Essa abordagem possui um caráter transformador e disruptivo pois colabora com a construção da criticidade sobre o trabalho pedagógico, com respeito à movimentação de ideias, o que suscita o surgimento de novos modos de pensar a sala de aula.

Em um contexto de constante evolução, onde a sociedade se depara com desafios cada vez mais complexos, a promoção da Educação em Direitos Humanos no Colégio de Aplicação da UFPE (CAp-UFPE) assume um papel fundamental e transformador. Através das experiências compartilhadas neste relato, torna-se evidente que os Conselhos de Classe não são apenas momentos de avaliação, mas sim espaços de reflexão, empoderamento e participação coletiva, que ecoam os princípios fundamentais da Educação em Direitos Humanos. O CAp-UFPE, ao abrir suas portas em uma gama diversificada de estudantes, abraça a missão de construir um ambiente, onde cada voz seja ouvida e as perspectivas únicas de cada aluno sejam respeitadas. A implementação de práticas educativas que refletem esses valores é essencial para criar uma atmosfera inclusiva, onde os estudantes aprendem não apenas com os conteúdos curriculares, mas também com a convivência, com a diversidade de ideias e experiências.

Dessa forma, a Educação em Direitos Humanos nos Conselhos de Classe não se limita apenas ao aprendizado acadêmico. Os valores e habilidades adquiridos por meio dessas práticas educativas é uma contribuição para a formação de cidadãos conscientes e éticos que vão além da comunidade escolar. O CAp-UFPE desempenha um papel crucial ao criar um ambiente que celebra a diversidade, encoraja o diálogo e fortalece o pensamento crítico. Essas práticas não refletem apenas os valores humanistas da instituição, mas também abrem

caminho para um futuro onde os princípios de igualdade, liberdade e respeito são mais do que palavras, são fundamentos de ação.

Palavras-chave: Residência Pedagógica; Conselhos de Classe; Educação em Direitos Humanos.

AGRADECIMENTOS: Programa de Residência Pedagógica - CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) em conjunto com a UPE (Universidade de Pernambuco).

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; Unesco, 2007. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMA_OPNEDH.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2023.

BOMENY, Helena *et al.* **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Brasileiro: cidadão?** Revista do legislativo, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 23, p. 32-39, jul./set. 1998.

_____, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOOKS, B. **Ensinando a Transgredir - A Educação como Prática de Liberdade**. 11. ed. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2013.

ROSA, Adriana *et al.*, (org.). **Memórias de Formação: do Ser e do Sentir**. 1º Edição. Recife: Pipa Comunicação, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Projeto Político Pedagógico Institucionalizado**. Recife: CAp/UFPE, 2016. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39038/0/PP+CAp+mar%C3%A7o+2020.pdf/cb5990b2-55ed-41df-b35a-9913c738bd47>. Acesso em: 25 de Abril de 2023.

ZALUAR, Alba . Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **ESTUDOS AVANÇADOS**. v. 21, n. 61, p.31-49, 2007.